

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço de TV a Cabo (TVC) em Poços de Caldas-MG, adaptada ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) por meio do Ato nº 7.388, de 10 de dezembro de 2012, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.404, DE 9 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT), no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, e no Plano Geral de Outorgas (PGO), aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012, resolve:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a outorga detida pela TNL PCS S/A para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) na Região III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal e o uso das radiofrequências associadas, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidos pela antiga autorizada perante a Anatel.

Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no caput deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecido em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.

Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 6.612, DE 21 DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 86 da Lei nº 9.472, de 1997, que prevê a prestação de outros serviços de telecomunicações diretamente pela concessionária, desde que seja garantida a transferência integral dos ganhos econômicos que não decorram da eficiência ou iniciativa empresarial, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 108 desta Lei;

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor da Anatel, em sua Reunião nº 698, de 20 de maio de 2013, anuiu previamente com a reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA;

CONSIDERANDO que a Anatel foi comunicada pela TELEFÔNICA BRASIL S/A da efetivação da operação de reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA, por meio da carta CT* RJ nº 756/2013, de 3 de julho de 2013;

CONSIDERANDO a sentença proferida no bojo do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.000369-4, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide contribuição ao FUST sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO a decisão liminar proferida no bojo do Mandado de Segurança Coletivo nº 48689-41.2013.4.01.3400, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CIDE - FUNTEL) sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO as decisões proferidas no bojo do Agravo de Instrumento nº 61855-58.2013.4.01.0000/DF e do Agravo de Instrumento nº 0025109-60.2014.4.01.0000/DF, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, de que os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide Ônus do Contrato de Telefonia Fixa sobre as receitas de interconexão do Serviço Móvel Pessoal;

CONSIDERANDO que, na Assembleia Geral do dia 1º de julho de 2013, foi encerrado o processo de reestruturação societária da TELEFÔNICA BRASIL S/A;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 3º do Ato nº 3.043/2013 determinou que, caso a empresa optasse em realizar a operação de incorporação antes da finalização do procedimento de revisão tarifária, deveria ser indicado o montante e a forma de transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação societária e a conclusão do processo administrativo de revisão tarifária aos usuários;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.005979/2012;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.012324/2013;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 743, de 29 de maio de 2014;

CONSIDERANDO a Nota nº 90/2014/VIT/PGF/PFE-Anatel, de 11 de julho de 2014;

CONSIDERANDO a deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo nº 2.122, de 17 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Revogar o Anexo I do Ato nº 5.592, de 2 de junho de 2014.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos do Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, modalidade de Serviço Local, da Concessionária do STFC TELEFÔNICA BRASIL S/A, líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL
(Valores em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)
TELEFÔNICA BRASIL S/A
SETOR 31 - SP (Exceto Setor 33)

ÍTEM TARIFÁRIOS	VALORES EM R\$
Habilitação Residencial	82,20
Habilitação Não Residencial	82,17
Habilitação Tronco	81,62
Assinatura Residencial	23,45
Assinatura Não Residencial	40,11
Assinatura Tronco	40,07
MIN	0,07527
VCA	0,15056
Mudança de Endereço Residencial	82,20
Mudança de Endereço Não Residencial	82,17
Mudança de Endereço Tronco	81,62
Tarifa de Completamento	0,15056
Assinatura Classe Especial	7,73
Habilitação Classe Especial	82,20
Mudança de Endereço Classe Especial	82,20

Setor 33 - SP = Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritzal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guaiúba, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Higuelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 5 de março de 2014

Nº 1.121 -

Processo nº 53500.011744/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011744/2013, instaurado em face das empresa Global Village Telecom Ltda - GVT, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 44/2014/COQL, de 25/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Em 14 de março de 2014

Nº 1.242 -

Processo nº 53500.011739/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011739/2013, instaurado em face das empresas Oi S.A. e Telemar Norte Leste S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 53/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.246 -

Processo nº 53500.011737/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011737/2013, instaurado em face das empresas TIM S.A., para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 46/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.247 -

Processo nº 53500.025519/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.025519/2013, instaurado em face das empresas VIVO S.A. e Telefônica S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 48/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.249 -

Processo nº 53500.025367/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.025367/2013, instaurado em face das empresas CLARO S.A., Embratel S.A. e NET Serviços de Comunicações S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 50/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

Nº 1.251 -

Processo nº 53500.011741/2013

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento nº 53500.011741/2013, instaurado em face das empresas CLARO S.A., Embratel S.A. e NET Serviços de Comunicações S/A, para acompanhamento das demandas/reclamações de órgãos externos no ano de 2013, considerando os termos do Informe nº 51/2014/COQL, de 26/02/2014, determino o arquivamento deste processo após notificação da referida empresa para conhecimento do teor deste Despacho.

ROBERTO PINTO MARTINS